

PÉS DE BARRO DO TEXTO “PRODUTIVISTA” NA ACADEMIA

Pedro Lincoln C. L. de Mattos plincoln@hotmail.com.br
Professor da Universidade Federal de Pernambuco – Recife – PE, Brasil



De Nietzsche (*Ecce Homo*) a Renato Russo, sempre se desconfiou que os ídolos têm pés de barro. Mas não se lhes olham os pés, apenas sua estatura impressionante. Afinal, para tal porte, ela deve estar bem apoiada. Tanto assim, que não se entende quando uma instituição ou regime político respeitado e sólido de repente vem a ruir; só depois, analistas, jornalistas e historiadores, impressionados pela queda, procuram e descobrem fissuras estruturais, avaliadas como comprometedoras.

É por isso também que se referir a pés de barro da pujante produção acadêmica de hoje pode ser tido como agourenta fixação sobre aspectos menores da questão. Têm sido aceitas a crítica de caracterizações da estrutura normativa nacional e internacional que suporta o fenômeno, a explicação de sua política e a descrição do cenário que promove nos ambientes de pesquisa acadêmica, especificamente os de administração e con-

tabilidade. Mesmo recentemente, em publicações da área, boas análises foram feitas na *RAE-Revista de Administração de Empresas*¹ e em Cadernos EBAPE². São conhecidos suficientemente os contextos macro e micro do problema. Na proporção mais simples e no estilo livre de uma *pensata*, este texto tem a intenção confessa de manter o tema em pauta.

O foco aos “pés” obriga a dizer, de início, a quem se supõe que pertençam, ou seja, que significado para “produtivismo” se adota. A crítica que inicialmente bem correspondia ao “ismo” pode estar passando. Prosseguem consequências terríveis em nível individual, como a confusão entre carreira e currículo (vítima da chamada “obesidade curricular”) e a absorção pessoal desmesurada (“produzir é preciso, viver, se sobrar tempo”), mas o problema hoje tem novas proporções e está aí, com CAPES ou sem CAPES. Não só porque tem fronteiras mais amplas, pois

faz parte do trabalho sufocante da vida moderna em diversos setores, liga-se a grandes processos sociais e tecnológicos e à disponibilidade sem precedentes de fontes de informação, mas porque entrou em uma espiral de emulação interna na academia nacional e internacional. Joio e trigo crescem juntos. E, para promover-lhes o crescimento, aí estão os periódicos, os congressos com suas chamadas de trabalho, os intercâmbios e os grupos de pesquisa, refletindo a força do “empreendedorismo acadêmico” etc. – de si, grandes avanços. Para o bem ou para o mal, a questão diversificou-se por áreas, complicou-se pelo envolvimento com interesses empresariais no “professor-pontuador” e não é mais suficientemente expressa pela queixa genérica contra o “*publish or perish*”. Se os padrões de avaliação da CAPES, hoje excessivos para as ciências sociais e humanas, forem ajustados – como se espera que sejam – e a pressão

sobre os pesquisadores reduzida, não se seguirá, com certeza, um aumento da qualidade e relevância dos textos. Houve uma adaptação viciosa do sistema e sua reversão tem que ser pensada desde já. Falar hoje em “produtivismo” deve levar-nos de um plano institucional e político a outro talvez mais difícil de trabalhar, onde, no entanto, reside a distorção: a qualidade do texto que tenta suprir e dissimular na forma o amadurecimento que o projeto de pesquisa não conseguiu alcançar. Assim, produtivismo torna-se a expansão da má produção acadêmica, porque a boa, quanto mais, melhor. O sistema federal de avaliação da pós-graduação não deve ser censurado pela pressão que gera, mas pelo efeito contrário ao desejado, que obtusamente pode estar gerando. (Aliás, pobre “CAPES”! Que outra coisa pode ela fazer por algo assim tão arredo como pesquisa?..)

As reflexões que se seguem não serão, portanto, novas pedras atiradas contra um monstro inabalável, colhidas (com razão) do que ele deixa devastado em seu caminho. Não raro, tais monstros idealizados desdenham delas, seguros de seus próprios encantos, e seguem desafiadores. Tenta-se aqui, com objetivo desmitificador, mover os olhos para certas práticas de composição e legitimação institucional de trabalhos acadêmicos – tudo, afinal, converge para o texto de artigos. Elas viabilizam muita coisa na “cadeia produtiva.” Se reveladas injustificáveis, ser-lhe-iam os pés de barro. O empenho é, pois, contribuir para localizar-se o produtivismo. Reconhecido, a privação do apoio e de recursos institucionais que indiretamente recebe aos poucos o deixaria na marginalidade. Porque se criaram

laços entre ele e o submundo da ciência. Então é em nome da boa ciência que agora se tenta golpear-lhe os pés.

O que a citação também “produz”

A citação científica, feita com precisão que permita ao leitor recorrer à fonte usada pelo autor para refazer-lhe a pesquisa ou verificar a adequação com que a usa como argumento no texto, é, ao mesmo tempo, o grande diferencial de qualidade da pesquisa bibliográfica e a vinculação respeitosa de um autor a uma cadeia de outros que o precederam. Citar ou não citar, citar com propriedade e independência, aí praticar a ética da pesquisa, tornou-se questão relevante a quem redige texto acadêmico e difícil aprendizagem dos iniciantes na arte. Na citação, contudo, muito se esconde dos perigos e malícias do produtivismo.

Na ANPAD, há cerca de 10 anos, documento oficial que orientava a submissão de trabalhos recomendava que se evitasse o uso do “*apud*” nos textos, e isso foi repetido em seguida por alguns periódicos. Expressão latina (literalmente, “junto a”, ou seja, “encontrável junto a”), o *apud* esclarece que uma citação feita não é diretamente de um autor (A), mas de outro (C) por ele citado (diz-se “C *apud* A”). É a citação de citação. Ela mostra que quem escreveu o texto não teve contato com o trecho citado (C), encontrou-o em outra fonte (A), só ela compulsada. C e A devem constar da lista de referências bibliográficas. A Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT se refere ao *apud* na NBR 10520:2002, item 7.1.3.

Pode-se interpretar favoravelmente a recomendação da ANPAD,

como a sugerir que os autores fossem às fontes últimas (citadas pelas que estivessem a ler), não se limitando à fonte imediata e, portanto, tornando desnecessário o *apud*. Mas não foi isso em que se tornou a prática generalizada na cultura da produção acadêmica em cascata. “Salta-se” o autor (fonte) que se tem em mãos e se referencia apenas o segundo, citado por ele e que, de fato, não se pesquisou. O “efeito prático”? Um ou dois livros ou *papers* pesquisados se multiplicam em muitos (não pesquisados). O texto se “enriquece” subitamente. E cá tenho eu um belo trabalho acadêmico cheio de citações, inclusive de obras clássicas ou em idiomas que, de outra forma, me seriam inacessíveis. E de tudo passo eu a dizer-me autor, com direito de ser, doravante, o citado (e creditado no *citation index*...).

Que pensar do truque? Alguém experiente na área, por leitura, avaliação de artigos, dissertações e teses, duvida que isso existe? Mas as consciências vão se calejando à medida que o procedimento vai se “naturalizando”. Alguém justificará: “toda produção científica é coletiva”. Mas não se pede por este trabalho árduo e original de criar conhecimento de qualidade o que se cobra pelo que gera uma patente industrial. Pede-se apenas o reconhecimento, o mesmo direito de qualquer criação literária. Outro dirá: “Fazer o quê? Devolver o texto avaliado ou chamar o autor, pedindo que confirme o acesso a tão amplo ou especial conjunto de fontes?” Ou ainda, cinicamente: “E quem vai saber?” O pesquisador, usado, mas não citado, algum dia terá como identificar e reclamar violação de propriedade intelectual, apropriação anônima de seu trabalho de pesquisa por outrem? E

quem garante que, neste ambiente academicamente permissivo, ele próprio já não tenha feito o mesmo no tal texto? Autor, avaliador e leitor sabem da coisa, ou suspeitam, mas todos têm experiência semelhante e “entendem” que, sem certos “recursos acadêmicos”, não se dá conta dos prazos, metas e, sobretudo, não se publica em veículos mais importantes, não se põe à altura da “concorrência”, com currículos talvez similarmente enriquecidos... *E la nave se va...*, como diria Fellini, sendo, infelizmente, no caso, a cantora lírica morta Edmea Tetua a honradez do conhecimento científico, cujo funeral é ali celebrado entre amigos, que logo jogarão seus restos ao mar...

E agora se pergunta: o que aconteceria se retornássemos rigorosamente ao *apud*? Para produzir um texto sem *apud* e bonito assim, o jovem (ou experiente) autor teria que ir também a todas as fontes que dá a entender ter pesquisado. Ou, de outra forma, um texto cheio de *apud* revelaria a pobreza ou a pressa do trabalho. Um violento “freio de arrumação” aconteceria a alguns grupos ou ambientes acadêmicos. Cairia a “produção”? Criar-se-iam incidentes? Enfim, como tal retorno rigoroso à citação da citação é pura quimera, vale aqui como simples argumento desmistificador da esperteza acadêmica.

Continuemos com o tema “citação”, escolhido como fato revelador que seria, jocosamente, o rabo que o gato do produtivismo, escondido, sempre deixa de fora...

A ABNT, na NBR 10520:2002, item 3.2, refere-se à citação indireta (além da direta, a textual), dizendo apenas: “Texto baseado na obra do autor consultado”. Da amplitude dessa expressão beneficiam-se certos acadêmicos, que a transfor-

mam em ambiguidade. A obra é citada no seu todo, geralmente no sistema autor-data, sem localização de página ou páginas. A que se está mesmo referindo, contudo, o autor do texto? Ao sentido ou tese geral do livro ou artigo citado, ou seja, à contribuição maior pela qual passou a ser conhecido – um uso legítimo da citação indireta – ou a alguma coisa (!) naquela obra toda que pode vir a relacionar-se com o ponto específico que ele, autor, está afirmando em seu texto? Muitas vezes fica-se sem saber, deixa-se na ambiguidade, e a citação vai de qualquer forma. Este, um uso forçado da citação indireta (ou geral). Adicione-se a este “potencial” da citação indireta a facilidade que hoje trazem ao pesquisador os buscadores de palavras em textos e bancos de dados, e ter-se-á aqui uma estratégia de enorme fecundidade para a elaboração de textos acadêmicos. “Simplifica” o trabalho – não precisa ler o livro ou artigo, basta o título, seu *abstract* e palavras-chave – e produz belos carrilhões de citação, às vezes de várias linhas cheias. Mas reduz a pesquisa a um jogo formal, uma referência destituída de sentido próprio. Ora, a pós-graduação em regime de formalismo permite surgir a figura estranha do pesquisador “imaturo-produtivo”, aquele que “pegou o jeito” de trabalhar, o jovem cujo Lattes causa espanto aos mais velhos, e de quem se diria: “minha vida, meu currículo”. E isso é aceito...

O abuso da citação indireta, sempre a mais fácil, está também na falta de sentido para seu uso tão intenso e que resvala ao formalismo. Que imagina o autor: que todo fato afirmado deve ser “calçado” por alguma citação? Que para conceitos ou teorias de que trata deve

mencionar o máximo do que já foi publicado? Que é bom não perder uma oportunidade de incluir “uma citaçãozinha”? Se, tomados racionalmente, estes pressupostos não fazem sentido, por que então sair espalhando citações texto afora? É porque a citação passou a ser tratada como elemento formal e não argumento oportuno para a qualidade do texto; ou porque o principal ponto de apoio da maioria dos trabalhos é, afinal, o argumento de autoridade (“estou respaldado”). E quem iria conferir se tantas citações indiretas foram feitas com propriedade? Quem, mesmo especialista em uma área, pode dizer-se capaz de reconhecer as citações colhidas com um buscador? E como saber quem é, entre tantos citados, aquele nome desconhecido? Quantos leitores saberiam avaliar o grau de seletividade de tantos periódicos referidos? Na natural dúvida e diante de um impressionante conjunto de citações, fica-se com a suposição de que pelo menos algumas devem valer... O produtivismo trouxe o fetiche da citação! Citar é científico! Credencia o artigo, que, entre inúmeros outros, não se terá tempo de ler. Ou, de outra forma, sempre ajuda, porque – quem sabe? – antes de iniciar a leitura e para uma apreciação preliminar, muitos leitores e avaliadores costumam dar uma olhadinha na lista de referências...

As estratégias acima descritas, que jogam com o peso acadêmico da citação, estão entre as que “facilitam” muito o trabalho do assoberbado autor. Mostram-no, porém, preocupado em produzir um texto que impressione e pre-disponha favoravelmente o leitor-avaliador, tornando-o mais propenso a aceitar outras afirmações do autor “não tão documentadas”,

ou até tolerar-lhe deslizos. Sem dúvida, poucos pesquisadores teriam, de maneira explícita, essa intenção “pouco científica”, mas as práticas em uso, por eles aprendidas desde os tempos de mestrado, abrigam-na, e estão expostas, sim, a tal interpretação.

Tratamento de dados: o que ali se dissimula?

Olhando áreas de pesquisa empírica, como as ciências médicas e biológicas, as engenharias e ciências da matéria, e as muitas ramificações tecnológicas e industriais delas, podemos nós, de administração e contabilidade, aprender, pelas diferenças, duas coisas. Uma, a participação relativa, em um texto de pesquisa, dos fatores de sua produção; outra, a proporção relativa dos elementos que compõem tal texto.

Na produção do texto, a relação entre inspiração, observação e afirmação interpretativa é largamente favorável à segunda. A pesquisa transcorre sobretudo na atividade de gerar dados. De um produto agrícola infectado por fungo ou uma peça anatômica colhida na cirurgia, levados a laboratório, ao teste de compostos químicos ou efeitos de um modelo de intervenção em um ambiente natural, são dois os recursos que multiplicam os textos de pesquisa: campo e instrumento. Este permite a repetição, aquele a diferenciação. Com um mesmo problema de interesse, um mesmo modelo de teste e quase o mesmo conjunto de referências a estudos anteriores, um autor ou grupo de pesquisa pode produzir uma série de artigos. Basta ir variando o campo observado, onde ocorre a diferenciação. Nada de errado. Esta é uma pesquisa do

binômio regularidade/variedade (a natureza e a indústria são definidas assim).

Na composição do texto, as informações sobre o campo empírico, as condições do teste ou a observação sistemática e os respectivos resultados têm espaço privilegiado em relação à contextualização do problema ou sua recuperação teórica. Com justeza. O valor das conclusões e recomendações pende dali, porque se trata de uma pesquisa de alta padronização em seu desenho geral. Então, o leitor especializado quer saber exatamente como foi o processo, quais e como foram usados os instrumentos tecnológicos, onde qualquer detalhe faz diferença.

As ciências humanas e sociais e suas interseções com outras áreas, no entanto, fazem pesquisa de possíveis reações humanas que se complexificam socialmente (ou reações sociais que se complexificam individualmente), tentam entender seus motivos, têm que trabalhar com sua linguagem e, inclusive, desenvolvem enorme esforço para criar, propor e justificar estruturas decisórias coletivas. Não podem prender-se muito a um método ou devem recriá-lo frequentemente. Para elas, a pesquisa empírica (levantamentos de campo, observação sistemática, quase experimentos etc.), metodicamente orientada para produzir dados, é uma das opções. Quando recorre a esta opção, como se tem adaptado – pergunta-se – a pesquisa empírica (“quantitativa” ou “qualitativa”) para a maximização da produção de textos? Privilegiando o fator instrumento e a tecnologia que lhe veio ao encontro.

Eis que nos aplicativos de tratamento e processamento estatístico de dados temos nós, agora, de

administração e contabilidade, o grande instrumento multiplicador de *papers*! Dessa forma, viemos a adotar o modelo de replicação nas ciências experimentais e tecnológicas! É bem possível que tenhamos entrado impensadamente nele; que esteja legitimando a produção vazia; e que a “era do *paper* acadêmico” tenha levado nossa área, sem tradições metodológicas consolidadas, longe demais na orientação pelo instrumento. De tal modo que os pesquisadores dividem-se pelo instrumental metodológico que dominam, e isso em um grau que condiciona a formulação do problema, quando o interesse da pesquisa deste deveria vir primeiro. Ou seja, quem “trabalha” com certo *software* de pesquisa tende a procurar objetos de pesquisa compatíveis, potencializando, portanto, o fator instrumento. O problema deste pesquisador ou de seus alunos sob pressão por textos pode ter-se tornado do tipo: “o que eu ponho agora em minha máquina?” A principal preocupação se transfere à obtenção da “matéria-prima”, ou seja, o dado do processo ou comportamento (objetos) – porque, de resto, a academia, com a tática chamada “pergunta de pesquisa”, não costuma ter dificuldade de criar um problema para a pesquisa. E introduzido com cuidado o *input*, relatórios de *output*, fresquinhos, sairão do outro lado, talvez cheios de interessantes “achados”. Invertendo o que se pensava até agora da criatividade humana, a máquina operou o pequeno milagre do conhecimento!

O poder de autorreprodução do dado não pode ser desdenhado: em bancos de dados compõem-se ou projetam-se dados de maneira diversa e hipotética em relação aos contextos reais de onde surgem

ram inicialmente, e o *data mining* tornou-se estratégia de pesquisa. Assim, pelo privilégio dado ao instrumento de processamento de dados, tornam-se menos claros os limites entre um bom estudo quantitativo, seguro e inovador, e os trabalhos sem inspiração, que começam pelo lado errado.

Nas últimas décadas, os *softwares* de análise estatística têm entrado em um campo especialmente fértil: os discursos autônomos e as conversações. Eles podem ser mapeados, categorizados, ter explicitadas estruturas vocabulares, gramaticais ou semióticas subjacentes ao texto, viabilizando inúmeras análises, descobertas e conclusões, inclusive quanto a intenções não manifestadas pelos falantes, tudo transformado em fatos de linguagem, individualmente significativos e computáveis. Aqui se tem um caso no qual, parece, é o instrumento que conduz a mão do artista, multiplicando-lhe as obras. Mas quem, hoje, da área de linguística, ainda não reconhece que o significado pleno do que se diz na linguagem natural (não na artificial) está sobretudo nos contextos subentendidos, alguns distantes e só conhecidos dos interlocutores, outros puramente circunstanciais e extrínsecos ao texto, nas implicaturas verbais e na pragmática que envolve toda ação linguística relacional? Em metáfora forte, como se pode supor que a dissecação do cadáver de alguém lhe revele os gestos em vida? Nas áreas mais distantes da linguística, contudo, está estabelecida a complacência com a oportuna ajuda dos *softwares* de análise de texto à fecundidade da pesquisa.

Ao fim do *paper* ancorado em processamento de dados e de suas conclusões, podem ter-se

saltado perguntas substantivas ao autor: “Por que esta sua pesquisa, agora?”, “Como começou essa sua história?” ou “Por que observar justamente isto?” – como perguntaria Popper em sua “teoria do holofote” para explicar o conhecimento. O que teria, no início, orientado a escolha (“coleta”) do que depois se transformou em dado, ou seja, em um significado sob forma processável? As respostas a essas perguntas existem, pois que todo discurso racional as inclui, porém estão fora do texto e então mergulhariam em motivações e explicações completamente alheias aos propósitos confessados, chegando às vezes aos porões da ciência.

Nas ciências empíricas a que se referiu de início esta seção (médicas ou biológicas, engenharias etc.), os *papers* são bem mais curtos e consagram grande espaço à descrição de procedimentos experimentais ou observacionais, dos quais pendem os resultados, sem necessidade de estender-se em comentários. Diversamente, certas tradições de ciências sociais, entre as quais a de administração, adotaram a análise em textos bem mais longos, inclusive no caso de pesquisas empíricas de geração e análise de dados. Houve uma composição de estilos: o discursivo, mais ligado às raízes, e o quantitativo (condensado em quadros e tabelas). O mais frequente, no entanto, é manter-se a alta discursividade, sobretudo na hibridez metodológica dos chamados estudos teórico-empíricos, sem uma ideia clara do lugar e sentido da teoria (“referencial teórico”) na estratégia empírica. E, dado o limite do número de páginas, a “solução” tem sido abreviar a descrição dos processos observacionais e da análise dos dados, tanto na pesquisa

quantitativa quanto em outras (geralmente chamadas “qualitativas”).

Na legitimidade acadêmica atribuída a esta solução, contudo, se escondem muitas vezes improvisações inconfessáveis. Tabelas e resultados seguem-se a informações metodológicas sumárias do tipo: “utilizou-se a análise de conteúdo, de L. Bardin” (um método considerado “qualitativo”); “foram feitas ‘x’ entrevistas em profundidade com [...], cujos principais resultados são apresentados a seguir”; “utilizou-se um questionário de opções, com uso da escala Likert”. Ora, como trabalhou realmente o pesquisador em casos assim? Supõe-se e confia-se que, nessa parte “mecânica”, tudo foi bem feito, conforme as técnicas...

Como estes e outros procedimentos assemelhados se tornaram aceitos? “Não há espaço para mais que isso” – lamenta-se o autor sem tempo. E, assim, o núcleo central da pesquisa empírica, ali de onde surge nova versão sobre o objeto, torna-se uma “caixa preta”.

Em outro tipo de casos, a adequação de escalas e de testes de significância das associações estatísticas entre variáveis é pobremente justificada em relação à natureza, às circunstâncias de coleta e ao tamanho da amostra. Amostragem é um artifício de pesquisa baseado na regularidade e estrutura de modelos de ocorrência, expressos em linguagem estatística, e sua representatividade objetiva (demonstrável) é a base das conclusões dos testes. Uma grande criação da metodologia, a ser tratada tecnicamente, respeitadas suas origens! Depois que alguns autores de manuais de metodologia de pesquisa, no entanto, resolveram trazer o prestígio científico da amostragem para outros procedimentos de de-

finição de campo empírico, criou-se a “amostra por conveniência”, uma aberração de critério. Nega a aleatoriedade da ocorrência do fenômeno e põe no lugar fatores alheios à natureza dele, geralmente do lado do pesquisador (proximidade, facilidade etc.), sendo o lógico demonstrável substituído pelo prático possível. A coisa facilmente degenera no “foi o que deu para conseguir”, e ninguém vai deixar de aceitar a pesquisa do aluno por causa disso...

Trabalhos estruturados com centro de gravidade argumentativo na observação, geração e tratamento de dados deveriam adequar sua composição textual a essa opção metodológica. Poderiam ser muito mais curtos e fazer-se acompanhar de apêndice metodológico, facultado ao leitor, onde o processo fosse cuidadosamente explicado, inclusive com apresentação de questionários, formulários e modelos de análise e de tabelas de classificação. Nada disso é trivial e, na aplicação ligeira de parâmetros gerais, descaracterizam-se os casos.

Um território metodológico livre

Integra o submundo da pesquisa este “território metodológico livre” em que se transformaram muitos estudos autodeclarados “qualitativos”. Ali têm refúgio a improvisação e a incompetência. Registre-se o fato de que, nos últimos 10 anos, inverteu-se nos encontros da ANPAD a proporção entre estudos quantitativos e qualitativos, em favor destes. A variedade de procedimentos qualitativos de pesquisa, ou seja, que não se ordenam à interpretação de fatos em linguagem numérica, permite encontrar formas de concluir-se uma

boa pesquisa evitando o tempo, a mobilização de recursos e o desgaste do pesquisador que ocorrem em coleta (produção) e análise de dados quantitativos. Isso é claro e favorece a relação produção/tempo. Mas também deixa dúvidas na relação grau de qualidade/produção, ou esconde a ambiguidade e a evasão metodológicas. É correto dizer que não se pode julgar procedimentos qualitativos com critérios quantitativos, como precisão, uso de parâmetros formais e rigor de linguagem. Para tal, seria preciso admitir também o inverso, sobretudo a incapacidade de a precisão e a linguagem numéricas expressarem o essencial de comportamentos, decisões e interioridade humanos, além de motivações altamente complexas que geram relações entre as pessoas e podem (ou não) mudá-las. O que merece crítica, porém, é querer transferir a ambiguidade do objeto (humano, social) para o método e, neste, agir sem critérios, procedimentos claros, contextualização conceitual e teórica adequadas. Isso não seria fugir ao rigor – que nesse tipo de pesquisa realmente é um valor a ser redefinido – seria praticar evasão metodológica e transpor as fronteiras do consensualmente científico. É exemplo disso o apelo ao “paradigma interpretativista” ou “fenomenológico” para justificar a entronização da simples intuição do pesquisador na análise de textos orais e escritos como critério soberano, justo ali, onde a linguística e a filosofia analítica da linguagem têm feito imensos progressos e tornado aquela uma atividade estritamente objetiva – tudo pode ser encontrado na linguagem, um ato público, inclusive os indicadores verbais do que ali está presente, mas não explícito.

É ousado, mas necessário, observar que a frouxidão dos procedimentos que facilitam a má pesquisa tem guarida justamente na ambiguidade congênita dos chamados “métodos qualitativos”. Essa denominação aglutina o que não devia, é um “guarda-chuva” metodológico inútil e sua consistência paradigmática (paradigma de pesquisa) nunca deixou de ser contestada em mais de meio século de intensa prática nas ciências sociais³. E um resíduo dificilmente removível da ambiguidade e evasão metodológica corre, infelizmente, à conta da falta de identidade epistemológica ou caracterização metodológica geral da área de administração – ou, de outra forma, seu pluralismo linguístico e sua interdisciplinaridade radical ainda não foram suficientemente esclarecidos.

O risco do discurso no vazio: onde está o “leitor-externo”?

Por que se redobram insatisfações, se nossa área tem conseguido atender às exigências oficiais de produção – o que se pode ver pela ascensão de nível entre programas e periódicos no Qualis, nos últimos três triênios? A insatisfação tem procurado expressar-se pelo conceito de relevância⁴. Mas já que este não pode ser um conceito absoluto (implicaria um parâmetro normativo universal) a pergunta pode ser: relevante para quem? Começemos pondo um divisor de águas: a academia professa estudar problemas teóricos internos ou problemas do mundo organizacional e profissional? Se o caso é o primeiro destes, tudo fica mais fácil de entender; deixemos a academia em paz. Mas é justamente do segundo caso que surgem aquelas

insatisfações. O ponto aqui é que o critério da relevância da produção deve ser, de alguma forma, externo ao meio acadêmico, ou este se fecha em critérios formais internos, lócus do discurso vazio. “Discurso vazio” não é o que não diz nada – seria incompreensível – é o “vazio de interesse”, porque não foi “pedido”. E se, mesmo assim, é proferido, cai no vazio. O nó da questão é que o critério de interesse de muitos acadêmicos é autorreferenciado. Então o discurso de um pesquisador é tolerado pelo outro, também autorreferenciado, desde que obedeça a regras formais de estruturação e apresentação. Assim, o discurso vazio de interesse tende a maximizar a formalização. E, no longo prazo proferido, corre o risco de tornar-se um discurso no vazio.

No âmbito das ciências sociais, cientistas políticos, historiadores, geógrafos, economistas e mesmo sociólogos têm, no fluxo quase diário dos eventos que o jornalismo traz a público, ocasião de emitir opiniões qualificadas. Ali estão eles, chamados pela própria imprensa e por fóruns públicos para emitir opiniões. Estas se põem em confronto com um grande *background* de experiência e informação circulante, inclusive dos próprios comentaristas na imprensa, e aí a pertinência e a relevância do que dizem, com base em suas pesquisas e estudos publicados, se testam e se controlam. Eles têm margem limitada para suas previsões e críticas, e expõem sua ciência ao fazê-las.

Mas, quando se trata de mercados e gestão pública, questões empresariais, corporativas, gerenciais (públicas ou privadas) e institucionais, quem é chamado a opinar? Empresários, gerentes,

consultores, advogados, políticos e os próprios economistas e sociólogos (que, inclusive, discutem explicitamente políticas públicas). E sobre o que opinam os acadêmicos de administração, dita uma ciência social aplicada? Apresentariam eles soluções em projetos ao mundo das organizações públicas e privadas, concorrendo com consultores profissionais? Alguém responderá: acadêmicos não apresentam projetos nem opinam! Eles explicam cientificamente os fenômenos, ao estilo das ciências da natureza, mesmo que tal não se lhes peça e que escolham, eles próprios, que fenômenos interessa explicar. Mas então, que conexão objetiva com a sociedade os preveniria, no longo prazo, de construir uma cultura científica no vazio, por prisão a critérios formais internos?

As fichas de avaliação usadas em congressos e periódicos, grande elemento institucional formador da cultura dos avaliadores, são o ponto de convergência de toda essa questão. Atendidos suficientemente seus critérios, o texto é liberado e sai à procura de leitores. Apesar de todos os aperfeiçoamentos ocorridos, elas estão perdendo a guerra contra a produção fácil e gratuita. Porque não conseguem livrar-se da prioridade afinal dada aos critérios formais. Já não é de falar-se aqui apenas dos itens relativos à riqueza ou qualidade das referências à literatura, à boa estruturação interna e à apresentação vernacular do texto. Hoje predomina, nas fichas e no julgamento dos avaliadores, a relação entre objetivos e resultados. Ora, ainda aqui a intenção se detém no formal: desde que “entregue o que promete”... (o “*delivery*” garantiria aprovação). Porque daí para a frente, o julgamento do avaliador

passaria para outra esfera de legitimidade, onde o formalismo se esconde no velho dilema “objetivo x subjetivo”: a situação sempre difícil de julgar um colega no campo livre das posições científicas se refugia na confusão entre objetividade, que é qualidade da argumentação com razões, e formalismo, que é qualidade no cumprimento de regras consensuais. A avaliação formal diz: “cumpriu as exigências? então pode passar”. Dessa forma, à consciência do avaliador, decisor da vida ou da morte do artigo submetido, os itens “originalidade e relevância” e “contribuição para a área”, na ficha, se apresentam como “meio subjetivos”. Tal tende a ser o julgamento de pares. E, neste fórum, dificilmente a qualidade formal deixará de prevalecer.

Talvez não se possa pedir às fichas de avaliação muito mais do que hoje fazem, senão que se posicionem como fator integralizante, até mais demorado (retornos), uma segunda etapa também decisiva da avaliação, desvinculada de análise anterior, autônoma e não formalizada, do interesse substantivo do artigo, proferimento público: bom para que e para quem?

Obviamente, o leitor tem que entrar em cena, elevado bem acima de qualquer interesse do autor em contabilizar mais um artigo. E se o leitor-avaliador acadêmico está parcialmente envolvido na trama do interesse produtivista que privilegia o critério formal, talvez seja útil chamar o “leitor-externo”. Ele pode ajudar a romper o círculo vicioso. “Leitor-externo” está gradado assim para ensejar sentido simbólico maior: o rompimento de uma barreira seletiva injustificável, dissuasiva de leitores de qualquer ponto da sociedade. Quem representa seu interesse? Quem falaria

por eles, para que aconteça este acordo fundamental da comunicação, talvez capaz de obviar o discurso acadêmico tendente ao vazio?

E, assim, de repente, a questão parece convergir para o editor ou o comitê editorial, no caso dos periódicos (ou artifício substitutivo, no caso de congressos). A prática atual da pré-seleção é o espaço oportuno para um juízo que privilegie especificamente a relevância social do esforço de um pesquisador. A função do editor é pública (ele fará a “publicação”). Talvez já não baste, após uma leitura preliminar, que veja o nível de qualidade (*in genere*) do artigo submetido e o distribua para o avaliador especialista, a quem incumbirá o juízo completo e principal. Pelo menos para muitos temas de artigos, é preciso pensar em uma primeira e decisiva etapa na qual o interesse público do texto esteja representado. Isso seria completamente novo na academia, poderia arejá-la; poderia indicar aos meios produtivos, governamentais e outros, eventualmente chamados a dizer algo sobre um texto, que este produto da ciência não vale menos do que aqueles que a tecnologia industrial leva às lojas e mercados; que há uma diferença entre linguagem apropriada e relevância social do texto – e alguém deseja que esta acompanhe aquela. E se uma área de fronteira com a sociedade, como a administração, for capaz de fazê-lo sem perda de qualidade, os meios científicos quedarão atentos. E teremos aprendido que produtivismo não é só um problema interno ao ambiente acadêmico. Alguém fora está deixando de receber o bem cultural inestimável de um bom texto acadêmico.

E aqui se terminam essas reflexões sobre práticas – aparen-

temente apenas detalhes – do cotidiano da elaboração e legitimação de textos acadêmicos, em que se identifica e expõe à crítica o produtivismo. Elas suportam e viabilizam a ciência irrelevante. Tornaram-se instituições, e é preciso descredenciá-las – o que tomará tempo e gerações, fazendo lembrar o sonho do rei assírio Nabucodonosor, decifrado pelo jovem Davi, no qual um gigante, representando a quinta geração de sucessores dele, destinada ao fracasso, tinha os pés de barro...

Um *post scriptum*. Estas páginas são de um autor penitente. Foi pecador de quase todos os pecados que aponta neste texto. Arrependido, agora, pretende com ele em parte expiá-los, e redimido sentir-se-á ao ouvir algum dia do leitor, como em um antigo ritual cristão, a “renúncia às pompas e seduções” do produtivismo...

NOTAS DO AUTOR

¹ MACHADO, A. M. N.; BIANCHETTI, L. (Des)feticização do produtivismo acadêmico: desafios para o trabalhador- pesquisador. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, v. 51, n. 3, p. 244-254, 2011. Em perspectiva diferente, a *RAE* também publicou texto que apresenta os resultados (sobretudo quantitativos) do Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação (PACTI), coordenado pelo Governo Federal, quadriênio 2007-2010: RESENDE, Sérgio M. Produção Científica e Tecnológica no Brasil: conquistas recentes e desafios para a próxima década. *RAE*, v. 51, n. 2, p. 202-209, 2011. Vale lembrar contraponto à perspectiva do artigo, feita pelo próprio editorial deste número

da Revista (<http://rae.fgv.br/rae/vol51-num2-2011>).

² FARIA, A. Repensando produtivismo em gestão no (e a partir do) Brasil. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 9, n.4, p.1164-1173, 2011; FREITAS, M. E. O Pesquisador hoje: entre o artesanato intelectual e a produção em série. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 9, n.4, p. 1158-1163, 2011; ALCADIPANI, R. Resistir ao produtivismo: uma ode à perturbação acadêmica. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 9, n.4, p. 174-178, 2011; GODOL, C. K.; XAVIER, W. G. O produtivismo e suas anomalias. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 10, n. 2, p. 456-465, 2012. Este último reúne boa bibliografia sobre o tema e com ele o presente texto tem muitos aspectos em comum (as “anomalias”).

³ Consciente da contundência destas afirmações, este autor tentou argumentar a favor de seu ponto de vista às págs. 457-464 de: MATTOS, Pedro Lincoln C. L. Os resultados desta pesquisa (qualitativa) não podem ser generalizados: pondo os pingos nos is de tal ressalva. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 9, p. 450-468, 2011. Aqui, serve-se das expressões “métodos qualitativos”, “metodologia qualitativa” e equivalentes como simples recurso de comunicação com os que as usam de forma ordinária, e gostaria de poder grafá-las sempre entre aspas, como a indicar que se referem àquilo que outros, não ele, assim denominam e consideram linguagem metodológica consistente.

⁴ MASCARENHAS, A. O; ZAMBALDI, F; MORAES, E. A. Rígido, relevância e desafios da academia em administração: tensões entre pesquisa e formação profissional. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, v. 51, n. 3, 265-279, 2011. O eixo argumentativo deste artigo é a questão da relevância.